

JOSÉ DE SIQUEIRA MENEZES: UM HOMEM FORMADO PARA INTERVIR EM DIVERSOS LUGARES

Prof. José Tarcísio Grunennvaldt *

RESUMO

Este trabalho ao focar a atuação de Siqueira Menezes, buscou compreender como os militares formados pelo Exército se fizeram intelectuais intervindo em diversos postos e esferas da sociedade brasileira. Assim, propôs-se um diálogo com os resultados da pesquisa de doutorado desenvolvida em 2005. Procurou reconhecer o Exército como protagonista da implementação do processo civilizador em Sergipe na Primeira República; compreender as iniciativas do Exército em Sergipe como ações que procuravam instituir modos de civilidade e progresso para além da leitura que dicotomiza as funções civis e militares. Os Relatórios dos Presidentes de Estado de Sergipe foram utilizadas como fonte primária privilegiada confirmando-se a hipótese que os militares intervieram em diferentes lugares exerceram funções intelectuais.

Palavras chave: Exército; Siqueira Menezes; lugares.

ABSTRACT

This work at to focus the performance of Siqueira Menezes, searched to understand as the militaries formed by the Army were made intellectuals intervening in diverse ranks and spheres of the Brazilian society. Thus, was proposed a dialogue with the results of the doctor research developed in 2005. It was looked for to recognize the Army as protagonist of the implementation of the civilized process in Sergipe in the First Republic; to understand the initiatives of the Army in Sergipe as actions that looked for to institute ways of civility and progress to beyond the reading that dichotomizes the civil and militaries functions. The President Reports of the State of Sergipe were used as privileged primary source confirming the hypothesis that the militaries intervened in different places exerted intellectual functions.

Words key: Army; Siqueira Menezes; places.

Apresentação

O presente trabalho é uma tentativa de aproximação de um campo temático que se articula a partir da inter-relação da história política, da história militar e dos estudos estratégicos. No âmbito da política foram privilegiadas relações sociais e políticas entre grupos, classes e a instituição militar, o Exército. No âmbito da história militar, destacou-se a inserção da instituição militar na configuração das estruturas do Estado Nacional. No âmbito da estratégia, utilizou-se uma aproximação deste conceito elaborado por Clausewitz(1996) com o conceito de lugar de Michael de Certeau(1994), para com este perceber que no lugar do outro o militar precisa estar constantemente redimensionando sua estratégia de ação em

* Professor da UFMT-Sinop. Doutor em Educação. O trabalho contou com apoio do Programa de Auxílio a Integração de Docentes e Técnicos Administrativos, recém doutores às atividades de pesquisa (PAIRD) da UFS e foi realizado no período de nov 2007 a out 2008.

função de que esta “ausência do próprio” talvez a presença do inusitado, seja deveras o lugar do outro.

Ao olhar para um personagem da cena política sergipana, este estudo tem como objetivo geral reconhecer o Exército como protagonista da implementação do processo civilizador em Sergipe na Primeira República e, específicos: Compreender as iniciativas do Exército em Sergipe durante a Primeira República como ações que procuravam instituir modos de civilidade e progresso para além da leitura que dicotomiza as funções civis e militares; Demonstrar e apontar iniciativas de intervenção do Exército e seus sujeitos políticos, os oficiais com suas ações sociais como agentes de implementação da modernidade em Sergipe durante a Primeira República.

Visando respaldar a concretização dos objetivos propostos estabeleceu-se um diálogo com os resultados da pesquisa de doutorado de Grunennvaldt (2005) na qual se constatou que a formação dos quadros de oficiais do Exército propiciou elementos para o exercício de funções intelectuais, que preparou o Exército para a direção da sociedade. Assim, procurei sustentar uma posição de insatisfação e de crítica com os estudos que pressupõem a atuação do Exército, exclusivamente, no âmbito do exercício da força e que julgam suas intervenções sociais e políticas como abusivas.

Metodologia

Durante a pesquisa me intrigava a questão sobre quais elementos da realidade empírica poderiam evidenciar e dar solidez à hipótese de que militares exerceram funções intelectuais na sociedade sergipana da década de 1910, e que fontes deveria privilegiar. Visando dar consistência teórico-metodológica para a pesquisa fui instigado a buscar na experiência de vida de um protagonista como José de Siqueira Menezes atos e atitudes de intervenção na sociedade civil. A autorização para tal opção veio-me da leitura de *Introdução às Ciências do Espírito* de Wilhem Dilthey em sua polêmica com o positivismo ao defender que fatos humanos não são suscetíveis de quantificação e de objetivação generalizadora, valendo-me da assertiva de que cada fato tem sentido próprio e identidade peculiar ao requerer uma compreensão específica e concreta.

Movido por este alento, então estabeleci um diálogo com dois historiadores sergipanos e ambos aconselharam que fossem privilegiados os relatórios dos presidentes do Estado onde poderia se ter acesso às realizações dos presidentes e o local onde poderiam estar os relatórios seria o Arquivo Público de Sergipe, o que de fato foi confirmado, no entanto, os mesmos relatórios também foram encontrados no site <http://brazil.crl.edu> da Universidade de Chicago.

O Desafio da confrontação da hipótese da pesquisa com as fontes encontradas nas evidências dos Relatórios Presidenciais.

Para a pesquisa ser realizada, foi grande a contribuição do estudo de Alves (2002) pela sua relevância e no sentido de inspiração pelo modo como a autora atribui à experiência prática do poder, credenciais aos militares para construir sua intelectualidade. De modo que associados, à formação intelectual adquirida no seio da Escola Militar devido aos longos anos de formação e o conjunto de experiências de construção do nacional nas lidas do cotidiano em frentes de serviços no meio urbano ou nos mais longínquos destacamentos pelo país afora, estes sujeitos militares buscavam se aproximar da modernização. Eis, que estes podem ser alguns dos indicadores que configuram a modernidade no Exército. Procurar apontar tais experiências num sujeito político do Exército que exerceu a Presidência do Estado em Sergipe de 1912-1914 foi o próximo passo do trabalho para sustentar a seguinte hipótese do trabalho: com sua formação em nível superior, e pela intervenção nos mais diversos lugares da República, os oficiais do Exército brasileiro se fizeram intelectuais, intervindo na sociedade exercendo funções para além do uso de armas.

As reflexões de Alves (2001) acerca da intelectualidade militar e como ela se configurou, atentou para a gama de temas debatidos entre os militares inclusive no campo de formação de sujeitos políticos, já nas décadas antes do advento da República e que isso resultaria e de fato resultou em várias incursões de militares na sociedade política e em diversos setores administrativos burocráticos estatais, vejamos:

Apesar desses limites, foi desse meio que emergiu a força que concretizou a República. Também dali saíram quadros para efetivá-la. O exercício de direção estendeu-se para outras instâncias do estado. Muitos militares ocuparam cargos na administração pública nos tempos iniciais da República e também no Parlamento. Estendeu-se, também, para as disputas pelo poder na sociedade política. Outras divisões vieram à tona, parte dos ideais que cimentaram uma unidade na década anterior se dissolveram, mas a consciência de que o exército poderia se constituir em força política decisiva para a história do país não desapareceu. (ALVES, 2002, p. 408).

Por certo, esta tendência que assumiu repercussão nacional também se manifestou em Sergipe, de modo que sujeitos oriundos de diversas formações em nível superior partiram para o campo político, com destaque para profissionais que tiveram sua formação na Faculdade de Direito e de Medicina e militares, formados no Rio de Janeiro e no Ceará com atuação na administração pública. Corroborando essa assertiva, Barreto se posiciona da seguinte maneira:

Médicos formados na Bahia, bacharéis da Faculdade de Direito do Recife e militares das escolas de Fortaleza e do Rio de Janeiro formaram uma elite política com forte influência no Poder em Sergipe, notadamente após a Proclamação da República.(...) Oliveira Valadão, Ivo do Prado, Pereira Lobo, e José de Siqueira Menezes representaram, dentre outros, a formação militar, positivista e republicana, ocupando o Poder no Estado e conquistando mandatos parlamentares. (BARRETO, 2007, p. 372).

No desenvolvimento do estudo a nossa hipótese foi se configurando pelas intervenções do sujeito da pesquisa o oficial com formação pela Escola Militar, o General José de Siqueira Menezes quando esteve diante do poder executivo do Estado de Sergipe entre 1912 e 1914.

Neste sentido, entende-se que na sociedade brasileira na época da Primeira República o problema não era mais ou quiçá, nunca foi o da revolta armada, mas o da relação do técnico com o político, em vista de que a fronteira entre o Estado e “sociedade civil” tende a se diluir na contemporaneidade. Para tal, procurei desenvolver a hipótese de que os sujeitos de uma instituição, os oficiais do Exército apreenderam em sua formação de nível superior o arcabouço cognitivo uma alargada base científica aliada à profissional, elementos para o exercício de funções intelectuais que prepararia o Exército para a direção da sociedade. Portanto, este estudo a partir do confronto da literatura sobre Siqueira Menezes e os Relatórios de quando esteve frente à Presidência do Estado de Sergipe buscou evidências favoráveis para se argumentar em favor de que os militares foram atores que suplantaram o mero uso de armas.

Ao todo foram quinze anos de presença de oficiais do Exército. Nessa última safra, todos os três oficiais já estavam reformados e já tinham ocupado o governo na primeira década (republicana), quase sempre por tempo curto. Nessa última vez, mais experientes e amadurecidos, puderam colher alguns frutos das iniciativas passadas e semear novas obras, facilitadas pelo crescimento das arrecadações decorrentes sobretudo da elevação dos preços do açúcar, no período de 1915-20 (DANTAS, 1999, p. 37).

Destaca-se que a pesquisa recortou somente a administração do Presidente José de Siqueira Menezes. Tal opção se justifica por questões relacionadas ao curto período de tempo para realização da mesma para dar conta de propósito maior, mas deve-se ressaltar sobre a fecundidade de se realizar estudos mais localizados sobre a presença na política sergipana dos outros dois intelectuais militares presidentes. Focar a administração e o protagonista Siqueira Menezes, foi por uma opção que entende o Exército como uma instituição cujo papel político difere nos diversos lugares em que sua atuação se faz presente e não obedece às causas únicas e simples que estabelecem como função do Exército e seus oficiais com o uso e manuseio das armas.

Apresentação e discussão dos resultados, ou como se configurou a intervenção de um militar na política.

José de Siqueira Menezes foi um personagem emblemático no sentido de quebrar interpretações que colocam o exército e seus oficiais como exercendo funções, exclusivamente, com o manuseio das armas. É emblemático ao relacionar sua intervenção em diversos campos da atividade militar, ou quando sua atuação assumia função intelectual e se manifestando no seio da “sociedade civil”. Foi pensando no conceito de tática utilizado por Certeau(1994), que é possível vislumbrar Siqueira Menezes como um homem preparado para intervir em diversos lugares. Nesta linha de raciocínio, Certeau é elucidativo ao considerar que: “Sem sair do lugar onde tem que viver e que lhe impõe uma lei, ele aí instaura pluralidade e criatividade. Por uma arte de intermediação ele tira daí efeitos imprevistos” (CERTEAU, 1994, p. 93).

Nesse sentido, é possível de se frisar que o conceito de tática desenvolvido por Certeau, a partir das elaborações originais do pensamento de um estrategista militar como Clausewitz, expõe com propriedade que as estruturas mais rígidas conhecidas como princípios devem no “recontro” dialogar constantemente com a realidade circunstancial, ou seja, a teoria da estratégia assumir-se tática. Assim, nesse contexto, perceber o oficial do Exército brasileiro José de Siqueira Menezes fazendo uso da tática com exemplos da sua vida prática, tanto em cargos, quando exercendo funções intelectuais, quanto no quadro político por onde intervinha e, quiçá, no exercício de sua missão na Batalha de Canudos.

É possível de se pensar a experiência de vida e intelectual de Siqueira Menezes como um campo empírico vivido para se comprovar o conceito de tática de Certeau, tendo em vista os diversos lugares em que o oficial foi requisitado para dar respostas para contextos circunstanciais e/ou estruturais. Por isso,

[...] chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento “dentro do campo do inimigo”, como dizia Von Büllow, e no espaço por ele controlado. [...] Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. [...] Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Criar ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. (CERTEAU, 1994, p 100 e 101).

Talvez pudesse ser o não lugar que possibilitou a mobilidade a Siqueira de Menezes nos diversos espaços que se fizeram lugar quando de sua intervenção. Penso que pudesse ser diretamente em Clausewitz, grande estudioso da guerra, que o personagem tenha se inspirado para perceber que:

(...) as decisões em grande parte só poderão assentar em suposições que nem sempre se realizam, e que um grande número de outras disposições mais detalhadas não podem ser tomadas antecipadamente, resulta que a estratégia tem de acompanhar o exército no campo de batalha para que, no próprio local, se tomem as disposições de detalhe necessárias e se proceda às modificações gerais que se impõem incessantemente (CLAUZEWITZ, 1996, p. 171).

Uma evidência de sua disponibilidade para intervir no terreno adverso está no Relatório de 1912, no qual é possível perceber sua astúcia ao ampliar a função do corpo de polícia.

O estado efetivo do corpo de polícia compõe-se de 15 oficiais e 436 praças, incluindo neste número 50 agregados, admitidos por determinação do meu antecessor e mantidos por mim, com fim de dar as necessárias garantias aos serviços referentes à manutenção da ordem pública, à fiscalização no arrecadar dos impostos, a vacinação e a extinção da varíola (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DO ESTADO DE SERGIPE, de 7 de setembro de 1912).

Deu funcionalidade clássica à força pública para a qual foi instituída, ao tempo em que consegue alargá-la ao propor sua utilização junto à arrecadação de impostos e ampliando sua função no âmbito da vacinação intervindo no controle e extinção da varíola.

Quanto a sua forma segura e interventora em situações públicas Siqueira Menezes também marcou sua posição. Sua administração foi acusada de exacerbado moralismo quando adotara o recolhimento noturno mais cedo, a proibição de fumar em ambientes fechados, como cinema, sugerir o corte de cabelos dos jovens rebeldes, a proibição de certos festejos, palavrões e outras. Talvez, esta postura possa ser emblemática de uma forma de governo republicano imbuído de ideal positivista quando se intervinha e atuava diante de manifestações culturais de rebeldia.

Evidências de sua postura na ordem pública podem ser observadas no Relatório de Governo.

Em todo o Estado a ordem pública mantém-se inalterada. Posso garantir-lhes que as providências tomadas desde o início do meu governo muito concorreram para este invejável estado de paz e tranqüilidade de que há anos não goza Sergipe. As medidas preventivas têm sido postas em prática aqui e no interior do Estado, procedendo as autoridades com toda isenção de espírito e energia (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DO ESTADO DE SERGIPE, de 7 de setembro de 1912b).

Também no âmbito educacional sua intervenção evidencia a nossa assertiva de que Siqueira Menezes se impôs como um militar que soube com desenvoltura desempenhar funções intelectuais na sociedade sergipana, quando da administração do poder público

estadual, quando em 1913 Siqueira Menezes foi em busca de verbas destinadas ao ensino primário.

Em 1913, em decorrência dos debates e críticas surgidas no parlamento e na imprensa, ante a desigualdade que a situação do ensino primário público apresentava no país, sobretudo com o baixo índice de escolas dos Estados mais pobres, foi promulgada a Lei Federal nº 2.738, de 4 de março, autorizando, pela letra C do art. 13, ao Governo da União abrir crédito para auxiliar os Estados com a subvenção anual de 20% da quantia que estes consignassem ao ensino primário, leigo e gratuito desde que nele tivessem aplicado 10% de sua renda. Por esse ato, saía o Governo Federal da omissão que lhe atribuía a Constituição de 1891, dentro do liberalismo que a marcara. Muito esforçar-se-ia o Presidente Siqueira Menezes para conseguir essa doação, respaldado no fato de seu estado despender na educação primária 17,13% do orçamento do ano. Tornou-se, assim, o pioneiro dos governantes sergipanos na luta pela obtenção de verbas federais para complementar os modestos orçamentos estaduais. (NUNES, 1984, p. 218 e 219).

O exercício de funções intelectuais na sociedade, pode ser associado a sua presença e investida no campo político em lugares diferentes. Com efeito, isso se configurou na sua passagem na cidade de Alto Purus na região Norte do país e, passados alguns anos a sua ida para a região limítrofe do Brasil e Bolívia. Estas duas passagens são indicadores dos traços de versatilidade em estar diante do inusitado, pois nestes lugares teve que lançar mão da astúcia que a tática requer para resolver problemas que envolviam questões de limites entre os países. Aqui se pode perceber que as funções sociais do Exército e de seus oficiais se ampliam na medida em que ao escolher o diálogo como ferramenta para dirimir as divergências e pendências entre dois países soube com argúcia intervir no terreno que por certo supera o mero uso da violência.

Diante do Executivo Municipal no Alto Purus, participou de ações que até hoje marcaram a história do Acre, ao entender o lugar diferente e dada sua mobilidade e articulação conseguiu ali deflagrar atos que lhe dariam o reconhecimento pelo governo federal. Ainda no Acre fundou a cidade de Sena Madureira, prestando serviços que até hoje marcam a passagem de José de Siqueira Menezes naquele lugar.

Seu governo deu ênfase ao setor da Saúde Pública, pois quando assumiu a presidência do Estado, este passou por momentos de dificuldades tendo em vista que sua população foi vitimada pela doença varíola. Sobre este episódio DANTAS (2004, p. 35) frisou: “De início, enfrentou um surto de varíola violento que, em 1911/1912, afetou, sobretudo Laranjeiras, Propriá, Itabaiana, Riachuelo e Aracaju, deixando nos vários municípios 740 óbitos”.

Medidas paliativas e profiláticas foram tomadas pela sua gestão para que a proliferação da doença fosse controlada e para tanto contratou pessoas habilitadas para que se

amenizassem as conseqüências deste mal que afetava os sergipanos nos idos de 1912. Assim, proferiu na Assembléia Legislativa:

Providencie para que dos institutos vaccinogenicos da Capital Federal e de S. Paulo, viesse muita lympha, e envie para os pontos invadidos pela epidemia, pessoal habilitado a fim de, por meios suasorios, praticar a vacinação em grande escala. [...] A essa providencia bemfazeja attribuo eu, principalmente, o declínio do mal. [...] Como meio preventivo continuarei a fazer espalhar a vaccina pelo Estado, evitando assim nova invasão e augmento da actual que vae felizmente diminuindo de modo sensível. (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DO ESTADO DE SERGIPE, 7 de setembro de 1912).

Para o combate a essa epidemia que era um problema de Saúde Pública do seu governo foi utilizado o Corpo de Polícia, no qual este além de cumprir suas missões profissionais, foi empregado na luta contra a varíola como pronunciou na Assembléia Legislativa: “[...] com o fim de dar as necessárias garantias aos serviços referentes á manutenção da ordem pública, á fiscalização no arrecadar dos impostos, a vacinação e a insticção da variola”. (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DO ESTADO DE SERGIPE, 7 de setembro de 1912).

A década de 1910 é tida por muitos pensadores brasileiros como um período de tempo em que as mudanças ocorreram e foram aceitas sem maiores restrições. Este panorama que orientou a organização societária brasileira de modo geral, por certo, também orientou a configuração cultural de Sergipe. De modo que se pode argumentar em favor da força das circunstâncias correntes na ambiência cultural brasileira da década de 1910 facilitou que no Estado de Sergipe ocupassem entre 1911 e 1922 a presidência do estado três presidentes de Estado de origem e formação militar. É sabido que na década de 1910 a humanidade passou por uma experiência de guerra total, pois até então, as guerras menores não tiveram conseqüências diretas para toda a população mundial. A Primeira Grande Guerra (1914-1918) inaugura uma situação em que mesmo as populações mais distantes do epicentro do conflito foram afetadas por suas conseqüências.

Sobre a conjuntura política em Sergipe, parece que este Estado viveu uma situação um tanto peculiar, que requer um olhar mais localizado para se verificar as circunstâncias internas para se perceber com mais detalhes o jogo da política local, pois de acordo com Santos (2008), na segunda década da Primeira República ocorreram episódios em favor de que José de Siqueira Menezes fosse eleito pelo voto direto para administrar Sergipe por três anos. Vale ressaltar as contendas político-ideológicas entre duas figuras que se perpetuaram para a história do Estado.

Foram dois grupos: os Olimpistas denominados de (Cabaús) e Faustistas denominados de (Pebas). Os primeiros liderados por Olímpio Campos, que conquistaram o

poder do Estado e se perpetuaram por uma década à frente da administração da máquina pública estatal, variando somente o nome do administrador, sendo esta década denominada de “oligarquia olimpista”. O respaldo político foi obtido pela conjuntura nacional, no qual se instaurou uma nova forma de ligar o poder do Estado federal com o do estadual, sendo denominado como “política dos governadores”.

Isso ocorreu não apenas como resultado dos acordos realizados no interior da política sergipana, mas em consequência de arranjos feitos na política do país. A partir de 1902, celebrou-se o grande pacto entre o Governo federal e os governos dos Estados, denominados “política dos governadores”. Essa política garantia a permanência dos grupos que estavam no poder nos Estados e desestimulava a atuação das dissidências e oposições (OLIVA, 1991, p. 141).

Os Faustistas era o grupo oposicionista que deixou marcas históricas no cenário político estadual, no qual tinha por figura emblemática o deputado federal Fausto Cardoso. Este promoveu uma oposição ferrenha aos olimpistas, chegando a tomar o poder do Estado por alguns dias, sendo essa passagem conhecida como a “Revolta Fausto Cardoso”.

Segundo Oliva (1991), essa trama política localizada constituída por entraves ideológicos desencadearia em uma tragédia política, sendo que depois de o grupo Olimpista retomar o poder dias após àquela revolta, consentida pela Câmara e Senado Federal, Fausto Cardoso seria assassinado. Porém, dois meses apenas haviam se passado do trágico ocorrido, por atitude de vingança, a família do vitimado viria assassinar Olímpio Campos na cidade do Rio de Janeiro, onde representava Sergipe no Senado Federal.

Concomitante a esse cenário de contendas políticas no Estado, José de Siqueira Menezes cumpria suas missões junto ao governo federal em lugares diversos, consolidando-se como um sujeito político com capacidade de intervenção pelas suas atitudes que se constituíam em indicadores positivos no plano político nacional. Ao retornar ao Estado de Sergipe encontra os grupos políticos fragilizados pela dupla tragédia dos líderes políticos. Dantas (2004, p. 34) ressaltou: “Terminava assim, de forma trágica, a tentativa de mudar o quadro da dominação sergipana. Com sua derrota, o desaparecimento dos dois líderes adversários e o trauma que marcou a sociedade sergipana, a militância política foi inibida”.

O governo federal já tinha amplo controle das lideranças políticas estaduais em grande parcela dos Estados da Federação, pelas redes de interdependências concretizadas pelos acordos políticos entre o emblemático Pinheiro Machado, representante do Presidente da República Hermes da Fonseca (1910 – 1914) e os principais chefes políticos estaduais. Adicionado a esse direcionamento, estava a defesa da quebra dos poderes políticos das oligarquias estaduais com o objetivo de salvar o país, com intervenções militares do governo federal.

Segundo Dantas (2004), é possível de que sobre a história política de Sergipe o reconhecimento de que dentre os fatores que contribuíram para que os presidentes militares tivessem desempenho razoável se creditar ao amadurecimento adquirido pelas suas experiências adquiridas ao longo de suas funções. Não obstante, o autor também atribuir a semeadura de novas obras ao crescimento das arrecadações que ascenderam pela elevação dos preços do açúcar.

Em Sergipe ficou evidente que foi mais de um fator que contribuíram para o desempenho dos presidentes militares na função da Presidência do Estado. Siqueira Menezes tinha visão racional administrativa, talvez não distinta dos administradores civis, e as evidências que podem ser percebidas no teor da mensagem enviada à Assembléia Legislativa de 15 de agosto de 1912. “Faz se mister que seja elaborada lei sobre o saneamento da capital, na qual se disponha claramente a respeito de tudo quanto se refira a construção das obras de esgoto e drenagem” (MENSAGEM PRESIDENCIAL, 15 de agosto de 1912).

Assim, se configurou uma situação emblemática na década de 1910 que concorreu em favor de nossa hipótese de que os militares do Exército ampliaram o entendimento mais corriqueiro de que são formados para o manuseio de armas, evidenciou-se com a intervenção de José de Siqueira Menezes de que os oficiais do Exército foram também formados para exercerem funções intelectuais na sociedade, intervindo na política e se configurando como modernizador de Sergipe a partir de suas intervenções em diversos âmbitos da sociedade sergipana e brasileira.

Bibliografia

ALVES, Cláudia Maria Costa. *Cultura e política no século XIX: o exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império.* / Cláudia Maria Alves Costa. – Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

BARRETO, Luiz Antônio. **Personalidades sergipanas.** Aracaju: Typografia Editorial, 2007.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. **Os Padres de D. José: Seminário Sagrado Coração de Jesus. (1913 – 1933).** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe: Núcleo de Pós-Graduação em Educação. São Cristóvão, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer/** Michel de Certeau; Tradução de Ephraim Ferreira Alves. – Petrópolis, Rj: Vozes, 1994.

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe: República (1889 – 2000).** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da guerra.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

GRUNENVALDT, José Tarcísio. **A educação militar nos marcos da Primeira República: estudo dos regulamentos do ensino militar (1890 – 1929)** Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2005.

MENEZES, José de Siqueira. **Mensagem apresentada a Assembléia pelo Exmo. Sr. Gal. Dr. José de Siqueira Menezes, Presidente do Estado na Sessão Extraordinária de 15 de agosto de 1912.** Aracaju: Typ. do O Estado de Sergipe, 1912.

_____**Mensagem apresentada a Assembléia pelo Exmo. Sr. Gal. Dr. José de Siqueira Menezes, Presidente do Estado na instalação da 1ª Sessão Ordinária da 11ª legislatura de 7 de setembro de 1912.**Aracaju: Typ. do O Estado de Sergipe, 1912.

NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe/** Maria thetis Nunes; Prefácio de José Sebastião Witter. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 1984.

OLIVA, Terezinha Alves de; ALMEIDA, Maria da Gloria Santana de; GONCALVES, Maria de Andrade; SANTOS, Lenalda Andrade. **Textos para a história de Sergipe.** Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, BANESE, 1991.